

ANTISSEMITISMO

NA

ALEMANHA

PRÉ-NAZISTA

FINALIDADE DESTA OBRA

Este livro como os demais por mim publicados tem o intuito de levar os homens a se tornarem melhores, a amar a Deus acima de tudo e ao próximo com a si mesmo. Minhas obras não têm a finalidade de entretenimento, mas de provocar a reflexão sobre a nossa existência. Em Deus há resposta para tudo, mas a caminhada para o conhecimento é gradual e não alcançaremos respostas para tudo, porque nossa mente não tem espaço livre suficiente para suportar. Mas neste livro você encontrará algumas respostas para alguns dos dilemas de nossa existência.

AUTOR: Escriba de Cristo é licenciado em Ciências Biológicas e História pela Universidade Metropolitana de Santos; possui curso superior em Gestão de Empresas pela UNIMONTE de Santos; é Bacharel em Teologia pela Faculdade das Assembléias de Deus de Santos; tem formação Técnica em Polícia Judiciária pela USP e dois diplomas de Harvard University dos EUA sobre Epístolas Paulinas e Manuscritos da Idade Média. Radialista profissional pelo SENAC de Santos,

reconhecido pelo Ministério do Trabalho. Nasceu em Itabaiana/SE, em 1969. Em 1990 fundou o Centro de Evangelismo Universal; hoje se dedica a escrever livros e ao ministério de intercessão. Não tendo interesse em dar palestras ou participar de eventos, evitando convívio social.

CONTATO:

<https://www.facebook.com/centrodeevangelismouniversal/>

<https://www.facebook.com/escribade.cristo>

E-MAIL: teologovaldemir@hotmail.com

Whatsapp: 13 996220766

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)

*M543 Escriba de Cristo, 1969 –
Antissemitismo na Alemanha pré-nazista
Santos , Amazon.com
Clubedesautores.com.br, 2020, 123 p. ; 21 cm*

ISBN: 9798689307992 Edição 1°

1. Alemanha 2. Nazismo

3. Judeus 4. Antissemitismo 5. Racismo

CDD 610

CDU 614

CENTRO DE EVANGELISMO UNIVERSAL

-CNPJ 66.504.093/0001-08

INTRODUÇÃO

“Antes de Hitler ser antissemita, a Alemanha era antissemita, antes da Alemanha ser antissemita, o mundo todo era antissemita...”

Toda a humanidade é culpada pelo holocausto judeu na Segunda Guerra Mundial.

O antissemitismo tem suas origens em várias vertentes sociais. Até Charles Darwin com a teoria da Evolução serviu de base para uma seleção racial, em que os alemães se consideravam os mais aptos, e os judeus os mais nocivos, e para o bem da humanidade, era necessário que a raça de judeus fosse exterminada da face da terra.

A imprensa alemã, europeia e mundial fez intensa campanha racial contra os judeus por muitos séculos, tanto no mundo cristão, no mundo pagão e no mundo muçulmano. Foram gerações e gerações aprendendo a odiar o próximo, a odiar os judeus.

A mentira. Inúmeros documentos falsos dando conta que os judeus conspiravam para dominar o mundo como o famigerado PROTOCOLOS DOS SÁBIOS DE SIÃO e outros aqui retratados revelam como o espírito antissemita vinha preparando o terreno para o holocausto judeu.

A Igreja Católica e a Igreja Protestante não só não fizeram nada para impedir o espírito antissemita, como foram as instituições cristãs que mais contribuíram

para perseguir e matar judeus. O reformador alemão Lutero escreveu um livro no século XVI recomendando que os alemães expulsassem os judeus e destruíssem suas sinagogas e tomassem os seus bens.

Desde que o general Tito no ano 70 d.C. fez o cerco de Jerusalém e matou todos os judeus de Jerusalém, em um dos eventos mais cruéis da humanidade, os judeus saíram pelo mundo, fugindo em busca de paz, de nação em nação os judeus peregrinaram pelo mundo sem exército, sem violência, apenas buscando o direito de viver, trabalhar e prestar seu culto conforme as instruções do Antigo Testamento da Bíblia.

Deus tem assistido Durante dois mil anos os judeus serem perseguidos e massacrados, e ELE poderia ter evitado, mas não o fez. Sabe por que? Porque Deus escolheu um dia para estabelecer o juízo final e nesta vida ELE deixa os homens tomarem suas decisões, certas ou erradas, para um dia cobrar.

Como podem os cristãos ter contribuído para perseguir judeus, quando o próprio Jesus era judeu e ele próprio testemunhou que a salvação vem dos judeus???

Jesus declarou: "Creia em mim, mulher: está próxima a hora em que vocês não adorarão o Pai nem neste monte, nem em Jerusalém. Vocês, samaritanos, adoram o que não conhecem; nós adoramos o que conhecemos, pois a salvação vem dos judeus. João 4:21,22

Hitler declarou em seu livro MINHA LUTA que tinha pena dos judeus e que os achavam injustiçados pelos meios de comunicação e pelos políticos, até que ele foi convencido que os judeus estavam por trás do movimento comunista que ameaçava arruinar a Alemanha de vez. Hitler veio a ser um antissemita tardio. Como diz o texto abaixo:

Hitler foi antissemita tardio e não era tão 'hipnótico', diz nova biografia

Líder alemão só acertou ao se aproveitar de singularidades, segundo Peter Longerich

07/11/2015 Portal O Globo.

BERLIM - Uma nova biografia de Hitler escrita por um proeminente historiador alemão deve gerar controvérsias com seu argumento de que a perspicácia política do líder nazista foi subestimada e de que a crença de seu domínio hipnótico sobre os alemães é inflado.

O livro "Hitler", de Peter Longerich, que será publicado na segunda-feira, é um tomo de 1.295 páginas que inclui material sobre os diários do chefe de propaganda nazista Joseph Goebbels e os primeiros discursos de Hitler.

"De modo geral, você tem uma imagem de um ditador que controlou muito mais, que era mais envolvido de perto em decisões individuais do que se pensava

anteriormente. Eu quis colocar Hitler como uma pessoa de volta ao centro", disse Longerich em entrevista à Reuters.

Trabalhos recentes sobre o Terceiro Reich têm colocado mais ênfase nos climas social e político que levaram à ascensão do nazismo após a derrota na Primeira Guerra Mundial e as demandas de reparação incapacitantes.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, os alemães agarraram-se na crença de que eles foram mantidos reféns de uma gangue criminosa liderada pelo carismático Hitler, empenhada em conquistar a Europa e exterminar judeus.

Longerich, professor da Universidade de Londres, argumenta que enquanto todas as políticas de Hitler e os resultados foram catastróficos, ele agiu de maneira inteligente em situações específicas.

"A questão de por que ele conseguiu chegar tão longe precisa ser abordada: Obviamente ele tinha habilidade para explorar situações individuais em seu interesse próprio e para seus objetivos próprios", disse ele.

Mesmo suas políticas raciais foram em grande parte devido a um oportunismo político, disse Longerich, que não acha que Hitler era radicalmente antissemita na sua juventude.

"Nos anos de 1919-1920 ele percebeu que poderia ser bem sucedido em política ao abraçar e incitar o antissemitismo", disse, acrescentando que isso virou elemento central apenas em 1930.

A habilidade de Hitler de tomar o poder é ainda mais impressionante dado que o estudante de arte nascido na Áustria era um "ninguém" sem ideologia até seus 30 anos. Apenas então, recusando-se a aceitar a derrota da Alemanha, ele foi levado ao recém-criado Partido Nazista.

Longerich também busca desmascarar a teoria de que Hitler tinha um carisma irresistível que cativou os alemães, argumentando que ela foi em grande parte construída artificialmente pela máquina de propaganda nazista, que bombardeou imagens de fãs extasiados em comícios.

O autor não exonera os alemães, dizendo que grande parte da população apoiou Hitler enquanto outros foram oportunistas em segui-lo, mas argumenta que havia uma tensão social e um descontentamento, por exemplo dentro da Igreja.

"Não seria lógico pensar que um país profundamente dividido como a Alemanha de repente se uniu por trás de uma pessoa e compartilhava de uma única visão política", disse Longerich. "Setenta anos após sua morte, as atitudes dos alemães em relação a Hitler ainda estão evoluindo..

"Eu não acho que há qualquer entusiasmo por Hitler, mas estamos vendo tabus sendo quebrados", afirmou ele, citando filmes recentes sobre o ditador e um debate sobre a publicação "Minha Luta".

Com um crescimento de temores sobre o radicalismo de direita na Alemanha, por conta da crise dos refugiados, ele alerta que com uma atmosfera política "mais dura", "o potencial de uma figura política singular é um fator que não deve ser subestimado".(3)

Os que hoje homenageiam os judeus, se vivessem nos dias do holocausto com certeza ajudariam os nazistas a exterminarem os judeus. Lembro do que Jesus disse sobre os hipócritas:

Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas! pois que edificais os sepulcros dos profetas e adornais os monumentos dos justos,

E dizeis: Se existíssemos no tempo de nossos pais, nunca nos associaríamos com eles para derramar o sangue dos profetas.

Assim, vós mesmos testificais que sois filhos dos que mataram os profetas.

Enchei vós, pois, a medida de vossos pais.

Serpentes, raça de víboras! como escapareis da condenação do inferno? (Mateus 23. 29-33)

1 - PECULIARIDADES ALEMÃS

I

É errado começar com Bismarck? Em vários níveis, ele foi uma figura-chave no advento do Terceiro Reich. Por um lado, o culto à sua memória nos anos seguintes à sua morte encorajou muitos alemães a ansiarem pela volta da liderança forte que seu nome representava. Por outro, suas ações e políticas da metade para o final do século XIX ajudaram a criar um legado ominoso para o futuro alemão. Não obstante, ele era uma figura complexa e contraditória em muitos sentidos, tanto europeu quanto alemão, tanto moderno quanto liberal. Nisso também seu exemplo apontou para o emaranhado entre o velho e o novo que era tão característico do Terceiro Reich. Vale a pena recordar que apenas cinquenta anos separaram a fundação do império alemão de Bismarck em 1871 dos triunfos eleitorais dos nazistas em 1930-32. Que havia uma conexão entre os dois parece impossível negar. É aqui, e não nas remotas culturas religiosas e estados hierárquicos da Reforma ou do “despotismo esclarecido” do século XVIII que encontramos o primeiro momento real da história alemã possível de se relacionar diretamente ao advento do Terceiro Reich em 1933.

Nascido em 1815, Otto von Bismarck fez sua reputação como o selvagem do conservadorismo alemão, dado a declarações brutais e ações violentas, jamais temeroso de declarar com clareza vigorosa o que espíritos mais cautelosos temiam dizer em voz alta. Vindo

de um ambiente tradicional e aristocrático, enraizado tanto na classe junker da nobreza proprietária de terras quanto na nobreza do funcionalismo público, para muitos ele parecia representar o prussianismo de forma extrema, com todas as virtudes e vícios. Seu domínio sobre a política alemã na segunda metade do século XIX foi brutal, arrogante, completo. Ele não escondia o desprezo pelo liberalismo, socialismo, parlamentarismo, igualitarismo e muitos outros aspectos do mundo moderno. Contudo, isso pareceu não causar dano à reputação quase mítica de criador do império alemão que adquiriu após a morte.

(O igualitarismo é a doutrina diabólica de forçar a natureza, colocando no mesmo nível pessoas criadas por Deus diferentes, uns nasceram para ser senhores e outros servos. Uns para serem empresários e outros humildes operários. O Estado não precisa interferir para dizer quem é quem, a natureza coloca cada um no seu nível.)

No centenário de seu nascimento, em 1915, quando a Alemanha estava em meio aos combates da Primeira Guerra Mundial, um liberal humanista como o historiador Friedrich Meinecke conseguia obter conforto, até mesmo inspiração, na imagem do “Chanceler de Ferro” como um homem de força e poder: “É o espírito de Bismarck”, escreveu ele, “que nos proíbe de sacrificar nossos interesses vitais e nos forçou à heroica decisão de assumir a prodigiosa luta contra Oriente e Ocidente, para falar com Bismarck: ‘Como um sujeito forte, que tem dois belos punhos à disposição, um para cada oponente’”. Ali

estava o grande e decisivo líder, cuja falta muitos alemães sentiram de forma aguda naquela conjuntura crucial dos destinos de seu país. Eles viriam a sentir a ausência de um líder assim de forma ainda mais aguda nos anos após o fim da guerra.

Contudo, na realidade, Bismarck era uma personalidade bem mais complexa do que a imagem rude promovida por seus acólitos depois de sua morte. Ele não era o apostador imprudente que corria riscos da lenda póstuma. Posteriormente, pouquíssimos alemães lembravam que Bismarck foi o responsável por definir a política como “a arte do possível”. Sempre insistiu que sua técnica consistia em calcular o rumo que os eventos estavam tomando, e então tirar vantagem disso para seus propósitos. Ele mesmo colocou isso de forma mais poética: “Um chefe de Estado não pode criar nada por si mesmo. Deve esperar e escutar até ouvir os passos de Deus soando através dos eventos; então pular e agarrar a bainha de suas vestes”.

(O problema é que isto criou o famoso “centrão”, deputados oportunistas da política brasileira que vão para onde a onda leva. Não tendo em si mesmo convicções morais, mais apenas buscando oportunidades.)

Bismarck sabia que não podia forçar os eventos dentro de nenhuma fôrma. Então – para usar outra de suas metáforas favoritas –, se a arte da política consistia em navegar o barco do Estado ao longo da correnteza do tempo, em que direção fluía a correnteza na Alemanha do século XIX? Por mais de um milênio antes de o século começar, a Europa central estivera estilhaçada em

miríades de Estados autônomos, alguns deles poderosos e bem organizados, como Saxônia e Bavária, outros eram “cidades livres” pequenas ou medianas, ou principados e feudos diminutos que consistiam de pouco mais que um castelo e uma propriedade de tamanho modesto. Tudo isso foi reunido no chamado Sacro Império Romano da Nação Germânica, fundado por Carlos Magno em 800 e dissolvido por Napoleão em 1806. Esse foi o famoso “Reich de mil anos” que, em última análise, tornou-se a ambição dos nazistas emular. Na época em que caiu sob o peso das invasões de Napoleão, o Reich estava em uma situação lamentável; as tentativas de se estabelecer um grau significativo de autoridade central haviam falhado, e Estados-membros poderosos e ambiciosos, como Áustria e Prússia, haviam desenvolvido crescente propensão de lançar seu peso ao redor como se o Reich não existisse.

Quando a poeira baixou após a derrota de Napoleão em Waterloo em 1815, os países europeus implantaram uma organização sucessora do Reich na forma da Confederação Germânica, cujas fronteiras eram mais ou menos as mesmas e incluía, como antes, as partes da Áustria de língua alemã e tcheca. Por um tempo, o sistema policial estabelecido pelo chanceler austríaco, príncipe de Metternich, manteve com sucesso a tampa sobre o caldeirão em ebulição da atividade liberal e revolucionária que fervilhava entre uma ativa minoria de pessoas instruídas antes de 1815 pelos franceses. Contudo, por volta da metade da década de 1840, uma nova geração de intelectuais, advogados, estudantes e políticos locais havia ficado insatisfeita com a situação. Eles passaram a acreditar que o jeito mais rápido de livrar

a Alemanha de suas muitas tiranias, grandes e pequenas, era varrer os Estados-membros individuais da Confederação e substituí-los por um estado alemão único embasado em instituições representativas e garantir os direitos e liberdades elementares – liberdade de expressão, liberdade de imprensa – que ainda eram negados em muitas partes da Alemanha. O descontentamento popular gerado pela pobreza e inanição da “Fome de 1840” deu-lhes a chance. Em 1848, a revolução irrompeu em Paris e se alastrou pela Europa. Os governos existentes na Alemanha foram varridos, e os liberais chegaram ao poder.

Os revolucionários rapidamente organizaram eleições na Confederação, inclusive na Áustria, e um Parlamento nacional devidamente congregado em Frankfurt. Depois de muita deliberação, os deputados votaram uma lista de direitos fundamentais e estabeleceram uma constituição alemã conforme a linha liberal clássica. Mas foram incapazes de adquirir o controle sobre os exércitos dos dois Estados principais, Áustria e Prússia. Isso mostrou-se decisivo. No outono de 1848, os monarcas e generais dos dois Estados recuperaram sua fibra. Recusaram-se a aceitar a nova Constituição, e, após uma onda de atividade radical-democrata revolucionária varrer a Alemanha na primavera seguinte, eles dissolveram o Parlamento de Frankfurt à força e mandaram seus membros para casa. A revolução estava acabada. A Confederação foi restabelecida, e os líderes revolucionários foram detidos, encarcerados ou obrigados a se exilar. A década seguinte foi vista pela maioria dos historiadores como um período de profunda

reação, quando valores liberais e liberdades cívicas foram esmagados sob o tacão férreo do autoritarismo alemão.

Muitos historiadores julgaram a derrota da Revolução de 1848 um evento crucial na história alemã moderna – o momento, na famosa frase do historiador A. J. P. Taylor, em que “a história alemã atingiu a hora da virada e fracassou em aproveitá-la”. Contudo, a Alemanha não embarcou em uma “trilha especial” direta ou constante rumo ao nacionalismo agressivo e à ditadura política depois de 1848. Houve muitas voltas e reviravoltas evitáveis ao longo do caminho. Para começar, no início da década de 1860, a sorte dos liberais havia passado por uma transformação dramática mais uma vez. Longe de ser um retorno completo à velha ordem, o arranjo pós-revolucionário buscou contentar muitas das exigências liberais, ao mesmo tempo que detia tanto a concessão da unificação nacional quanto a soberania parlamentar. Julgamento por júri em tribunal público, igualdade perante a lei, liberdade de empreendimento empresarial, abolição das formas mais objetáveis de censura literária e de imprensa pelo Estado, o direito de reunião e associação e muito mais estavam em vigor em quase todas as partes da Alemanha no fim dos anos 1860. E o crucial é que muitos Estados haviam instituído assembleias representativas, nas quais os deputados eleitos tinham liberdade de debate e desfrutavam de pelo menos alguns direitos sobre a legislação e a arrecadação de receitas do Estado.

Foi precisamente esse último direito que os ressurgentes liberais usaram na Prússia em 1862 para barrar o aumento de impostos até o Exército ficar sob o controle da legislatura, o que fatalmente não ocorrera em

1848. Isso colocou uma grave ameaça ao financiamento da máquina militar prussiana. A fim de lidar com a crise, o rei prussiano nomeou o homem que viria a se tornar o personagem dominante na política alemã pelos trinta anos seguintes: Otto von Bismarck. Nessa época, os liberais, acertadamente, haviam concluído que não havia chance de unificar a Alemanha, como em 1848, em uma Nação-Estado que incluísse a Áustria de língua alemã. Isso significaria a dissolução da monarquia de Habsburgo, que abrangia imensas faixas de território, da Hungria ao norte da Itália, que ficavam fora das fronteiras da Confederação Germânica e incluíam muitos milhões de pessoas que falavam outras línguas que não o alemão. Mas os liberais também julgaram que, seguindo-se à unificação da Itália em 1859-60, tinha chegado a vez deles. Se os italianos tinham dado jeito de criar sua Nação-Estado, então com certeza os alemães seriam capazes de fazer o mesmo.

(Meados do século XIX, período de reunificação na onda do momento.)

Bismarck pertencia a uma geração de políticos europeus, como Benjamin Disraeli na Grã-Bretanha, Napoleão III na França e Camillo Cavour na Itália, preparados para usar meios radicais, até mesmo revolucionários, para atingir fins fundamentalmente conservadores. Ele reconheceu que as forças do nacionalismo não deveriam ser contrariadas. Mas também viu que, após as frustrações de 1848, muitos liberais estavam preparados para sacrificar ao menos alguns de seus princípios liberais no altar da unidade

nacional para conseguir o que queriam. Em uma série de movimentos rápidos e implacáveis, Bismarck aliou-se aos austríacos para se apoderar dos disputados ducados de Schleswig-Holstein do reino da Dinamarca; a seguir, maquinou uma guerra por sua administração entre Prússia e Áustria, que acabou em vitória completa a favor das forças prussianas. A Confederação Germânica entrou em colapso, seguindo-se a criação de uma instituição sucessora chamada por Bismarck, na falta de termo mais imaginativo, de Confederação Germânica do Norte, sem os austríacos ou seus aliados alemães do sul. Imediatamente, a maioria dos liberais prussianos, sentindo que o estabelecimento de uma Nação-Estado estava a caminho, perdoou Bismarck por sua política (executada com sublime desdém pelos direitos parlamentares nos últimos quatro anos) de cobrar impostos e financiar o Exército sem aprovação parlamentar. Eles o incentivaram enquanto tramava outra guerra, com os franceses, que acertadamente temiam que a criação de uma Alemanha unida implicaria o fim de sua predominância na política de poder europeia, de que haviam desfrutado ao longo de década e meia.

Ao esmagamento dos exércitos franceses em Sedan e outros locais seguiu-se a proclamação de um novo império germânico no Salão dos Espelhos do antigo palácio real francês de Versalhes. Construído por Luís XIV, o “Rei Sol”, no auge de seu poder há quase duzentos anos, o palácio agora era transformado em um símbolo humilhante da impotência e derrota francesas. Foi um momento-chave na história da Alemanha moderna e, na verdade, da Europa. Para os liberais, parecia a realização de seus sonhos. Mas havia um preço alto a ser pago por

eles. Diversas características da criação de Bismarck tiveram consequências ominosas para o futuro. Antes de mais nada, a decisão de chamar o novo estado de “Reich alemão” inevitavelmente evocou lembranças de seu predecessor de mil anos, o poder dominante na Europa por tantos séculos. Alguns de fato referiram-se à criação de Bismarck como o “Segundo Reich”. O uso da palavra implicou também que, onde o Primeiro Reich havia fracassado, em face da agressão francesa, o Segundo tivera êxito. Entre os muitos aspectos da criação de Bismarck, o Reich alemão, que sobreviveram à guerra em 1918, o uso continuado do termo “Império Germânico”, Deutsches Reich, pela República de Weimar e todas as suas instituições estava longe de ser o menos significativo. A palavra “Reich” evocava entre os alemães cultos uma imagem que ressoava muito além das estruturas institucionais criadas por Bismarck: o sucessor do Império Romano; a visão do Império de Deus aqui na terra; a universalidade de sua reivindicação de suserania; em um sentido mais prosaico, mas não menos poderoso, o conceito de um Estado germânico que incluiria todos os de língua alemã na Europa central – “um Povo, um Reich, um Líder”, como viria a propor o slogan nazista Sempre restou na Alemanha quem considerasse a criação de Bismarck apenas uma realização parcial da ideia de um verdadeiro Reich alemão. De início, suas vozes foram abafadas pela euforia da vitória. Mas, com o tempo, viriam a crescer em número.

A Constituição que Bismarck concebeu para o novo Reich alemão em 1871 ficou muito aquém em vários sentidos dos ideais sonhados pelos liberais em 1848. Diferente de todas as constituições alemãs

modernas, carecia de qualquer declaração de princípios sobre direitos humanos e liberdades civis. Colocando em termos formais, o novo Reich era uma confederação livre de Estados independentes, muito parecido com seu predecessor. O grande líder era o imperador ou Kaiser, título tomado do antigo dirigente do Sacro Império Romano e, em última análise, derivado do termo latino “césar”. Ele tinha amplos poderes, inclusive para a declaração de guerra e paz. As instituições do Reich eram mais fortes que as do antigo, com um Parlamento nacionalmente eleito, o Reichstag – o nome, derivado do Sacro Império Romano, foi outro elemento que sobreviveu da cisão revolucionária de 1918 –, e várias instituições administrativas centrais, mais notadamente o Ministério das Relações Exteriores, às quais foram agregadas outras com o passar do tempo. Mas a Constituição não conferia ao Parlamento nacional o poder de eleger ou exonerar governantes e seus ministros, e aspectos-chave da tomada de decisão política, a começar pelos assuntos de guerra e paz e sobre a administração do Exército, eram reservados ao monarca e seu séquito mais chegado. Ministros do governo, incluindo o chefe da administração civil, o chanceler do Reich – cargo criado por Bismarck e detido por ele por uns vinte anos –, eram servidores civis, não políticos de partidos, e submissos ao Kaiser, não ao povo ou a seus representantes parlamentares. Com o tempo, a influência do Reichstag cresceu, embora não muito. Com exagero apenas moderado, o grande pensador revolucionário Karl Marx descreveu o Reich de Bismarck em uma frase enrolada que capturou muitas de suas contradições internas como “um despotismo militar burocraticamente construído,